

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas:

O juiz dirigiu-se ___ sala de audiências e pôs-se ___ falar ___ todas as pessoas que estavam presentes.

- A) a - à - a
- B) a - a - a
- C) a - à - à
- D) à - à - a
- E) à - a - a

2. A abreviatura consiste em representar, de forma reduzida, certas palavras ou expressões. Geralmente, ela termina com um ponto final abreviativo, que é o sinal que indica a redução da palavra. Com o avanço das comunicações e com o uso da internet, o ritmo em que acontecem as modificações na vida cotidiana, em relação a tudo, é bem acelerado e, conseqüentemente, essas alterações refletem na comunicação, pois surge uma necessidade da língua de acompanhar esse dinamismo todo. E, a partir daí, as abreviaturas foram construídas. Elas aparecem em chats, e-mails, mensagens, bilhetes. (<https://www.infoescola.com/portugues/abreviaturas/>) Analisando as abreviaturas abaixo, indique a alternativa INCORRETA:

- A) século - séc.; administrativo - adm.; pessoa - pess.
- B) página - pág.; bacharel - Bel.; técnica - técn.; título - tít.
- C) Ilustríssimo - Ilmo.; artigo -art.; Vossas Excelências - V.Ex^{as}.
- D) Companhia - Cia.; Vossa Eminência - V.Em.^a; hectare - ha.
- E) Nenhuma das alternativas está correta.

3. Analise as sentenças abaixo quanto ao uso da vírgula, assinalando C para Certo e E para Errado.

- () O conhecimento das leis, meus amigos é fundamental para o progresso do país.
- () Marcelino, o oficial de justiça, esteve aqui ontem.
- () Chegando de viagem procurarei pelo promotor.
- () São Lourenço 05 de abril de 2020.
- () Ela prefere estudar direito penal e eu, administrativo.

A seqüência correta de cima para baixo é:

- A) E-C-E-C-C
- B) E-C-E-E-C
- C) C-C-E-E-C
- D) C-E-C-C-E
- E) E-E-C-E-E

4. A Lei de Execuções Penais em seu artigo 122 dispõe: "Art. 122. Os condenados que cumprem pena em regime semi-aberto poderão obter autorização para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta, nos seguintes casos: I - visita à família;

II - freqüência a curso supletivo profissionalizante, bem como de instrução do 2º grau ou superior, na Comarca do Juízo da Execução;

III - participação em atividades que concorram para o retorno ao convívio social".

Assinale a alternativa correta:

- A) Com a nova reforma ortográfica o texto do artigo deveria ter a seguinte redação: semiaberto - visita à família - freqüência.
- B) Com a nova reforma ortográfica o texto do artigo deveria ter a seguinte redação: semi aberto - visita à família - freqüência.
- C) Com a nova reforma ortográfica o texto do artigo deveria ter a seguinte redação: semiaberto - visita a família - freqüência.
- D) Com a nova reforma ortográfica o texto do artigo deveria ter a seguinte redação: semi-aberto - visita à família - freqüência.
- E) A reforma ortográfica não alteraria nenhuma palavra do texto do referido artigo.

5. O artigo 2º da Lei n.º 8.666/93 dispõe: Art. 2º As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.

Assinale a alternativa correta em que o uso de sinônimos não altera o sentido do texto das palavras em destaque.

- A) Acessões - autorizações - antevertidas.
- B) Aprovações - autorizações - sobrepujadas.
- C) Autorizações - acessões - desonerada.
- D) Nuções - cessões - desobrigadas.
- E) Nenhuma das alternativas.

6. Com relação ao uso do hífen assinale a alternativa CORRETA.

- A) Hiper-resistente - microondas - pé de meia.
- B) Para-quedas - microsonda - pé-de-moleque.
- C) Manda-chuva - extrarregimento - para-brisa.
- D) Auto-regulamentação - contraordem - semiembriagado.
- E) Super-realista - supra-ocular - interregional.

7. Observe as sentenças:

I - Art. 22. São modalidades de **licitação**: I - concorrência; II - tomada de preços; III - convite; IV - concurso; V - **leilão**.

II - Art. 1.333. A convenção que constitui o **condomínio edilício** deve ser subscrita pelos titulares de, no mínimo, dois terços das frações ideais e torna-se, desde logo, obrigatória para os titulares de direito sobre as unidades, ou para quantos sobre elas tenham posse ou detenção. Com relação as palavras em destaque, assinale a alternativa correta:

- A) Leilão = é um paroxítona com acento tônico na última sílaba e hiato na junção das vogais ei.
- B) Condomínio = paroxítona com acento tônico na penúltima sílaba e ditongo na junção das vogais io.
- C) Licitação = é uma oxítona com acento tônico na última sílaba com ditongo nasal decrescente ão.
- D) Edifício = é uma paroxítona com acento tônico na primeira sílaba e hiato na junção das vogais io.
- E) Nenhuma das alternativas está correta.

8. Levando-se em consideração os tipos de apostos existente: assinale a alternativa que classifica corretamente cada um deles nas sentenças:

I - _____=Seu recurso, protocolado tempestivamente no dia de hoje, deve ser julgado procedente.

II - _____=Nosso escritório possui três princípios fundamentais: respeito, honestidade e ética.

III - _____=Gosto do manual de Direito Administrativo do autor Marcus Vinicius Bittencourt.

III - _____ = Ambas são excelentes alunas, **uma no** Direito Civil **e a outra** no Penal.

- A) Especificativo - enumerativo - explicativo - distributivo.
- B) Especificativo - distributivo - explicativo - enumerativo.
- C) Explicativo - distributivo - especificativo - enumerativo.
- D) Explicativo - enumerativo - especificativo - distributivo.
- E) Especificativo distributivo - especificativo - distributivo.

9. Utilizando porquê, por quê, porque, por que, complete as sentenças abaixo:

Não revelou _____ cometeu o crime.

_____ você insiste em não recorrer?

Não fui a audiência _____ não tenho procuração.

Você não recorreu? _____?

- A) Porquê - Porque - por que - Por que
- B) Por quê - Por que - por que - Por que
- C) Porque - Por que - por que - Por quê
- D) Por que - Porque - por que - Por quê
- E) Por que - Por que - porque - Por quê

10. À primeira vista, o decreto pode parecer bem **claro**. Qual figura de linguagem está presente na frase acima?

- A) Catacrese.
- B) Personificação.
- C) Eufemismo.
- D) Metáfora.
- E) Nenhuma alternativa acima está correta.

LEGISLAÇÃO

11. No que diz respeito à Estrutura Administrativa da Câmara Municipal de São Lourenço do Oeste/SC, assinale a alternativa verdadeira:

- A) A Procuradoria da Câmara Municipal deve auxiliar nos estudos e elaboração de despachos, minutas de projetos, processos administrativos, editais, contratos, convênios e demais atos pertinentes às Comissões Permanentes;
- B) O cargo de Procurador da Câmara Municipal será preenchido exclusivamente mediante concurso público de provas e títulos, sendo vedado, em qualquer hipótese, o seu preenchimento por indicação;
- C) Os Adicionais de Responsabilidade (AR) serão concedidos a servidores estáveis ou no último ano de estágio, para desempenhar funções não elencadas no rol de suas atribuições, e que demandem encargos em suas realizações;
- D) Os vencimentos percebidos pelos servidores da Câmara Municipal, bem como gratificações, adicionais e demais vantagens, serão revistos anualmente, no mês de janeiro, segundo a variação acumulada do IGP-M nos últimos 12 meses;

E) Os Adicionais de Responsabilidade (AR) poderão ser concedidos no valor máximo de R\$ 500,00.

12. No tocante às atribuições da Câmara Municipal, é incorreto afirmar que tal órgão deve:

A) autorizar a concessão de serviços públicos, do direito real de uso de bens municipais e a concessão administrativa de uso de bens municipais;

B) dispor sobre a participação do Município em consórcios regionais ou microrregionais;

C) dispor sobre assuntos de interesse local, inclusive suplementando a Legislação Federal e Estadual, observada competência privativa para iniciar o processo legislativo;

D) autorizar a aquisição de bens imóveis onerosamente adquiridos, bem como daqueles recebidos por doação sem encargo e ônus aos cofres públicos;

E) deliberar sobre a criação, estruturação e atribuições de órgãos da administração pública e de cargos, empregos ou funções públicas.

13. Hugo, vereador da cidade de São Lourenço do Oeste/SC, deseja produzir um estudo com o objetivo de realizar aprimoramentos no Regimento Interno da Câmara Municipal. Para tal finalidade, o referido membro do Poder Legislativo local procura você, perguntando-lhe sobre as atribuições do Presidente da Câmara, condição essa que ele sempre almejou, porém, até o presente momento, não conseguiu obter. Por ocasião da consulta, você informa, de maneira correta, que o Presidente é o representante legal da Câmara nas suas relações externas, cabendo-lhe as funções legislativas, administrativas e diretivas das atividades internas, competindo-lhe privativamente:

A) declarar extintos os mandatos do Prefeito, do Vice-Prefeito e de Vereador, nos casos previstos em lei ou em decorrência de decisão judicial, em face de deliberação do Plenário, e expedir decreto legislativo e resolução de perda do mandato;

B) promulgar as resoluções e os decretos legislativos, bem como as leis que receberem sanção tácita, salvo aquelas cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário e não tenham sido promulgadas pelo Prefeito;

C) designar os membros das Comissões Especiais e os seus substitutos e preencher vagas nas Comissões Temporárias, observadas as indicações partidárias;

D) encaminhar ao Executivo Municipal, por ofício, os autógrafos para sanção, bem como informar a aprovação de projetos de lei de sua iniciativa, assim como os vetos rejeitados ou mantidos;

E) comunicar a cada Vereador, por escrito, com antecedência mínima de quarenta e oito horas, a convocação de sessões extraordinárias durante o período normal, ou de sessão legislativa extraordinária durante o recesso, quando esta ocorrer fora de sessão, sob pena de se submeter a processo de destituição.

14. Jarbas, após a sua aprovação em concurso público realizado em São Lourenço do Oeste/SC, decide consultar o procurador jurídico municipal, a fim de sanar as suas dúvidas acerca do que dispõe o Estatuto dos Servidores Municipais. Na condição de procurador, você informa a Jarbas, corretamente, que:

A) No ato da nomeação, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, bem como do recebimento de proventos de aposentadoria e sua origem;

B) O servidor em exercício em outro Município, em razão de haver sido cedido, terá o prazo estipulado pela Administração Pública, não podendo exceder a quinze dias, contados da publicação do ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo ou da função de confiança, incluído, nesse prazo, o tempo necessário ao deslocamento para a nova sede;

C) O servidor deve ser afastado do exercício de seu cargo, sem vencimentos, até decisão final transitada em julgado, quando preso preventivamente, denunciado por crime comum, denunciado por crime funcional ou pronunciado por crime inafiançável;

D) O servidor em estágio probatório poderá ocupar cargos de provimento em comissão ou exercer função de confiança em qualquer órgão ou unidade da Administração Pública, sem exceções;

E) Estabilidade é o direito que adquire o servidor municipal habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo, após cumprir o estágio probatório com êxito, de não ser demitido ou exonerado do serviço público municipal, senão em virtude de sentença judicial privativa de liberdade ou restritiva de direitos, ou de resultado de processo administrativo disciplinar, no qual lhe tenha sido assegurado ampla defesa.

15. Todos os vereadores de São Lourenço do Oeste/SC sabem que compete ao Município, privativamente, legislar sobre assuntos de interesse local. Marina, vereadora da cidade, no entanto, deseja saber quais são, especificamente, as matérias de competência privativa do Município, à luz do art. 11 da Lei Orgânica Municipal. Ao receber o seu parecer relativo ao tema, Marina obterá a informação correta de que compete ao Município, privativamente:

A) criar, organizar e extinguir distritos, observada a legislação federal;

B) organizar e prestar, diretamente, ou sob o regime de concessão ou permissão, os serviços públicos locais, inclusive o de transporte coletivo, ainda que não possua caráter essencial;

C) exigir, para a instalação de obra ou atividade, seja pública ou privada, potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade, garantida a realização de audiências públicas;

D) registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de combustíveis fósseis em seu território;

E) planejar, gerenciar e fiscalizar o serviço de transporte público coletivo, que tem caráter essencial, e o trânsito, bem como dotá-los da infraestrutura necessária ao seu funcionamento, respeitadas as diretrizes da legislação estadual e do desenvolvimento urbano.

16. No que concerne às atribuições da Assessoria Jurídica no âmbito do Município é incorreto afirmar que compete ao referido setor:

A) Fixar a interpretação da legislação a ser uniformemente seguida pelos órgãos;

B) Emitir parecer às Comissões Temporárias em matéria jurídico-legislativa, bem como acompanhar e assessorar os trabalhos das Comissões Permanentes;

C) Assessorar a Presidência, a Mesa Diretora, as Comissões e os Vereadores em assuntos relativos ao exercício do mandato e atribuições dos cargos;

D) Exercer a representação judicial nas hipóteses em que o Poder Legislativo seja acionado;

E) Exercer a consultoria jurídica aos demais órgãos de direção e assessoramento da Câmara Municipal.

17. Considerando as disposições legais acerca da modalidade de licitação denominada pregão, assinale a alternativa falsa:

A) Será facultado, nos termos de regulamentos próprios da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a participação de bolsas de mercadorias no apoio técnico e operacional aos órgãos e entidades promotores da modalidade de pregão, utilizando-se de recursos de tecnologia da informação, contanto que estejam organizadas sob a forma de sociedades civis sem fins lucrativos e com a participação plural de corretoras que operem sistemas eletrônicos unificados de pregões;

B) A habilitação far-se-á com a verificação de que o licitante está em situação regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social e o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, e as Fazendas Estaduais e Municipais, quando for o caso, com a comprovação de que atende às exigências do edital quanto à habilitação jurídica e qualificações técnica e econômico-financeira;

C) Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

D) No dia, hora e local designados, será realizada sessão pública para recebimento das propostas, devendo o interessado, ou seu representante, identificar-se e, se for o caso, comprovar a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

E) Na fase preparatória do pregão, a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento.

18. Em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93, pode-se afirmar que:

A) Ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação, os contratos para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados deverão, obrigatoriamente, ser celebrados mediante a realização de concurso, com estipulação prévia de prêmio ou remuneração;

B) A empresa de prestação de serviços técnicos especializados que apresente relação de integrantes de seu corpo técnico em procedimento licitatório deverá determinar que, preferencialmente, os referidos integrantes realizem pessoal e diretamente os serviços objeto do contrato;

C) A alienação de bens da Administração Pública, sejam móveis ou imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência;

D) A existência de preços registrados vincula a Administração às contratações que deles poderão advir, ficando-lhe vedada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações;

E) As obras e serviços destinados aos mesmos fins terão projetos padronizados por tipos, categorias ou classes, exceto quando o projeto-padrão não atender às condições peculiares do local ou às exigências específicas do empreendimento.

19. No que diz respeito ao exercício do cargo de vereador, a Lei Orgânica Municipal de São Lourenço do Oeste dispõe que:

A) Será vedado ao vereador, desde a expedição do diploma, firmar ou manter contrato com o Município, com suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista ou com suas empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público, salvo quando o contrato obedecer às cláusulas uniformes;

B) Não será permitido ao vereador aceitar cargo, emprego ou função, no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta Municipal, ainda que mediante aprovação em concurso público;

C) Não será permitido ao vereador ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público do Município, ou nela exercer função remunerada, ainda que mediante licitação pública;

D) Perderá o mandato o vereador que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, à quarta parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada pela edilidade;

E) O vereador poderá tirar licença, sem remuneração, para tratar de interesse particular, desde que o afastamento não ultrapasse a 90 (noventa) dias por ano, o que será permitido em até 02 (dois) períodos ao ano.

20. Quanto ao Processo legislativo Municipal, pode-se afirmar que:

A) A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta de, no mínimo, dois terços dos membros da Câmara Municipal e do Prefeito Municipal;

B) A elaboração, redação, alteração e consolidação de leis municipais será objeto de Lei Ordinária;

C) A iniciativa das Leis Complementares e Ordinárias caberá a qualquer vereador, Comissão Permanente da Câmara, ao Prefeito ou aos cidadãos, que a exercerão sob forma de moção articulada, subscrita, no mínimo, por 5% (cinco por cento) do total do número de eleitores do Município;

D) No caso de projeto de lei iniciado por moção articulada por cidadãos do Município é assegurada a defesa do mesmo, em plenário, por até três dos proponentes, na sessão em que o projeto de lei for levado à discussão;

E) As Leis Ordinárias somente serão aprovadas se obtiverem maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara Municipal.

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES

21. São acontecimentos relevantes do Brasil, EXCETO:

A) A barragem de rejeitos da Vale, no Córrego do Feijão, se rompeu na cidade de Brumadinho, próxima a Belo Horizonte.

B) O médium conhecido como João de Deus foi denunciado por abuso sexual.

C) Na noite de 14 de março, a vereadora Marielle Franco (PSOL) foi assassinada.

D) O telhado e a estrutura da Catedral de Notre Dame, são devastados por um incêndio.

E) Em 5 de novembro, ocorreu o rompimento abrupto da estrutura de contenção de rejeitos na barragem de Fundão, foi um dos maiores desastres ambientais do Brasil.

22. O município de São Lourenço do Oeste foi criado em 21 de junho de 1958, através da Lei Estadual nº 348, desmembrando-se do município de Chapecó. A emancipação do município ocorreu no dia 26 de julho de 1958. Sobre a colonização do município é CORRETO afirmar:

A) A colonização do município de São Lourenço do Oeste, deu-se em meados de 1910, quando tropeiros passaram residir no lugar, por ser favorável a passagem com o gado.

B) A colonização propriamente dita ocorreu na década de 1950, efetuada pela Empresa Colonizadora Saudades Ltda., com sede em Chapecó, tendo instalado na terra que mais tarde viria a ser São Lourenço do Oeste a primeira indústria da região, uma serraria.

C) A região onde hoje está localizado o município de São Lourenço do Oeste, foi colonizada por caboclos vindos do Rio Grande do Sul na década de 1910.

D) A colonização do município de São Lourenço do Oeste, ocorreu por meio da instalação de uma empresa de reciclagem, vinda do município de Saudades.

E) A colonização propriamente dita ocorreu na década de 1910, efetuada pela Empresa Sadia, com sede em Chapecó, tendo se instalado na terra que mais tarde viria a ser São Lourenço do Oeste.

23. A imagem a baixo apresenta dados do IBGE referente a escolaridade, analise.



Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/22842-acesso-a-educacao-ainda-e-desigual>> acessado em 07/03/2020.

Considerando o dado citado acerca da educação, é correto afirmar que:

- A) Os dados não apontam diferença sobre a escolaridades.
- B) Os dados demonstram que a cor da pele também é elemento essencial nas análises e ações voltadas as desigualdades de acesso à educação.
- C) Com base na análise dos dados apresentados, o acesso ao ensino superior é igual para todos.
- D) Os dados retratam algo natural, considerando o contingente populacional brasileiro.
- E) Os dados revelam que brancos estão mais dispostos ao estudo do que os demais.

24. Um caso que comoveu a população brasileira e repercutiu até hoje é de uma jovem que planejou o assassinato dos pais em outubro de 2002, o casal foi morto pauladas enquanto dormiam. O crime foi cometido por dois irmãos. A filha do casal foi condenada por ter sido considerada mentora da ação. Como ficou popularmente conhecido o caso:

- A) Caso Nardoni
- B) Caso Samudio
- C) Caso Richthofen
- D) Caso Acioli
- E) Caso Eloá

25. A imagem a baixo é referente a uma notícia veiculada pelo G1 em 05 de março de 2020, escrita por Clara Velasco, Gabriela Caesar e Thiago Reis, retrata as questões de violência vivenciadas pelas mulheres brasileiras.

MONITOR DA VIOLÊNCIA

Mesmo com queda recorde de mortes de mulheres, Brasil tem alta no número de feminicídios em 2019

São 3.739 homicídios dolosos de mulheres no ano passado, uma queda de 14,1% em relação a 2018. Apesar disso, houve um aumento de 7,3% nos casos de feminicídios – crimes de ódio motivados pela condição de gênero.

Sobre esse tema, analise as afirmativas e assinale a alternativa correta:

I - O ano de 2019 é o segundo seguido em que o número de mulheres vítimas de homicídios cai, mas os registros de feminicídios crescem no país, houve e uma queda de 6,7% nos homicídios dolosos de mulheres.

II - O país teve 19% menos mortes em 2019 que em 2018. São 1.314 mulheres mortas pelo fato de serem mulheres, uma a cada 7 horas, em média.

III - A lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, foi criada com intuito de alterar o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

IV - A lei nº 13.104, prevê o aumento de pena do feminicídio de 1/5 (um quinto) até a metade se o crime for praticado: durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto; contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência; na presença de descendente ou de ascendente da vítima.

Está correto quando se afirma que:

- A) Todas as afirmativas estão corretas.
- B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- C) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- D) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- E) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. Quanto ao processo de reforma da Constituição Federal, julgue as assertivas a seguir, apontando aquela que for verdadeira.

- A) A Lei Magna de 1988, dada a sua rigidez, exige um processo mais trabalhoso para a sua reforma, do que decorre o princípio da supremacia da constituição;
- B) No sistema brasileiro, as possibilidades de alteração formal decorrentes do poder derivado são a emenda, a revisão e a mutação constitucional;
- C) A emenda, a reforma e a mutação constitucional, por serem possibilidades de alteração formal, devem obedecer às regras do poder contituente originário;
- D) A aprovação das emendas constitucionais é feita em sessão bicameral, com discussão e votação conjunta;
- E) Pelo princípio da simetria, o procedimento de emenda constitucional é de reprodução facultativa nas constituições estaduais.

27. Os princípios constitucionais que regem a ordem econômica e financeira são de suma importância para garantir a dignidade humana num Estado promotor do trabalho e da livre iniciativa. Nesse sentido, pode-se afirmar, à luz do texto constitucional, que:

- A)** É assegurado o tratamento favorecido para as empresas de pequeno e médio porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País;
- B)** É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, sendo vedada previsão legal que o restrinja;
- C)** A lei disciplinará, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros;
- D)** Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor privado e indicativo para o setor público;
- E)** A lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, ao incremento da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros.

28. Acerca das sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional, pode-se afirmar, corretamente, que:

- A)** A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser submetidas a apreciação ministerial;
- B)** Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea;
- C)** As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa podem ser propostas até três anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança;
- D)** As ações destinadas a levar a efeito as sanções previstas na Lei de Improbidade podem ser propostas dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público, nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego;
- E)** Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito, permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente.

29. No que concerne ao modelo de controle de constitucionalidade adotado em nosso país, está correto o que se afirma na alternativa:

- A)** Em homenagem ao princípio da separação de poderes, o Presidente da República não pode realizar o controle de constitucionalidade;
- B)** Após a sua aprovação, mesmo antes de sua sanção, a lei pode ser objeto de controle constitucional;

- C)** A inconstitucionalidade superveniente se dá com a constatação de não-recepção da norma pela Constituição de 1988;
- D)** No controle difuso, o interessado deve arguir a inconstitucionalidade da lei, postulando aplicação de efeito *erga omnes*;
- E)** Em regra, no controle pela via concentrada, são atribuídos efeitos *erga omnes* e *ex nunc* à decisão.

30. São impostos diretos:

- A)** IPVA, IPTU e IRPF;
- B)** PIS, Cofins e IRPF;
- C)** PIS, Cofins e ITCD;
- D)** ICMS, IRPF e IPTU;
- E)** ICMS, ITCD e IPVA.

31. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído pela Lei n. 8.666/93 confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

- A)** Modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, sem direito de reparação ao contratado;
- B)** Nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo;
- C)** Nos casos de serviços essenciais, ocupar definitivamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo;
- D)** Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste, ou pela execução a descontento;
- E)** Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste, ou pela execução por forma não prevista.

32. A Administração Pública introversa possui como características:

- A)** As relações existentes entre os entes políticos e a supremacia do interesse público sobre o privado;
- B)** A indisponibilidade, pela Administração, dos interesses dos administrados e as relações entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- C)** A supremacia do interesse público sobre o privado e as relações entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- D)** A indisponibilidade, pela Administração, dos interesses dos administrado e as relações entre os entes políticos e os órgãos da Administração Direta;

E) As relações entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios e as relações entre os entes políticos e os órgãos da Administração Direta.

33. O Direito Administrativo possui fontes que estabelecem as bases jurídicas que norteiam a atuação dos agentes e entes públicos em sua relação com os cidadãos. Com base em tal premissa é correto afirmar que são fontes subsidiárias de Direito Administrativo:

- A)** A Constituição, as leis e a jurisprudência;
- B)** A lei, a doutrina e os costumes;
- C)** A lei, a jurisprudência e a doutrina;
- D)** A lei, a jurisprudência e os costumes;
- E)** A jurisprudência, a doutrina e os costumes.

34. A alienação de bens imóveis pertencentes a órgão público do Estado pode ser feita por meio de:

- A)** Licitação, nas modalidades convite e tomada de preços;
- B)** Licitação, nas modalidades concorrência e tomada de preços;
- C)** Licitação, na modalidade concorrência;
- D)** Venda em hasta pública e licitação, na modalidade convite;
- E)** Venda em hasta pública e licitação, na modalidade tomada de preços.

35. No que concerne ao Processo de Execução, julgue as assertivas a seguir, apontando aquela que for verdadeira:

- A)** Se a execução tiver por objeto obrigação de que seja sujeito passivo o proprietário de terreno submetido ao regime do direito de superfície, ou o superficiário, responderá pela dívida, exclusivamente, o direito real do qual é titular o executado, recaindo a penhora ou outros atos de constrição exclusivamente sobre o terreno, no primeiro caso, ou sobre a construção ou a plantação, no segundo caso;
- B)** O fiador, quando executado, tem o direito de exigir que primeiro sejam executados os bens do devedor situados na mesma comarca ou na comarca do credor, livres e desembargados, indicando-os pormenorizadamente à penhora;
- C)** Na execução de obrigação de fazer ou de não fazer fundada em título judicial, ao despachar a inicial, o juiz fixará multa por período de atraso no cumprimento da obrigação e a data a partir da qual será devida;
- D)** Quando não encontrar bens penhoráveis, havendo determinação judicial expressa, o oficial de justiça descreverá na certidão os bens que guarnecem a residência ou o estabelecimento do executado, quando este for pessoa jurídica;

E) Para presunção absoluta de conhecimento por terceiros, cabe ao exequente providenciar a averbação do arresto ou da penhora no registro competente, mediante apresentação de cópia do auto ou do termo, após a expedição de mandado judicial.

36. O Código Civil disciplina a confecção do contrato de compra e venda, estabelecendo normas específicas a serem aplicadas aos negócios jurídicos efetuados em tal modalidade. Considerando tal premissa, assinale, dentre as assertivas a seguir, aquela que for verdadeira:

- A)** Convencionada a venda sem fixação de preço ou de critérios para a sua determinação, se não houver tabelamento oficial, entende-se que as partes se sujeitaram ao preço praticado, em média, no mercado da região onde se pactuou o negócio;
- B)** Os casos fortuitos, ocorrentes no ato de contar, marcar ou assinalar coisas que comumente se recebem contando, pesando, medindo ou assinalando, e que já tiverem sido postas à disposição do comprador, correrão por conta deste;
- C)** Não obstante o prazo ajustado para o pagamento, se antes da tradição o comprador cair em insolvência, poderá o vendedor sobrestar na entrega da coisa, até que o comprador lhe dê caução de pagar em até 15 dias após o prazo previamente estipulado;
- D)** Não haverá complemento de área, nem devolução de excesso, se o imóvel for vendido como coisa certa e discriminada, tendo sido apenas enunciativa a referência às suas dimensões, nos casos em que conste, de modo expresso, ter sido a venda *ad corpus*;
- E)** A fixação do preço pode ser deixada ao arbítrio de terceiro, que os contratantes logo designarem ou prometerem designar. Se o terceiro não aceitar a incumbência, devem os contratantes designarem outra pessoa, no prazo de 15 dias, sob pena de resolução contratual.

37. Acerca das disposições concernentes às pessoas jurídicas no Código Civil, assinale a alternativa correta:

- A)** Decai em dois anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro;
- B)** A autonomia patrimonial das pessoas jurídicas é um instrumento lícito de alocação e segregação de riscos, estabelecido pela maioria simples dos sócios com a finalidade de estimular empreendimentos, para a geração de empregos, tributo, renda e inovação em benefício de todos;
- C)** Constitui desvio de finalidade a expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica;

D) Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada por transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, ainda que de pequena monta;

E) O cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador, ou vice-versa caracteriza confusão patrimonial.

38. Considerando as normas que regem o instituto da prescrição, assinale a alternativa correta:

A) A renúncia da prescrição deve ser expressa, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar;

B) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes, desde que haja pactuação expressa;

C) Aqueles que forem plenamente incapazes e as pessoas jurídicas têm ação contra os seus assistentes ou representantes legais, que derem causa à prescrição, ou não a alegarem oportunamente;

D) A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor;

E) Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for divisível.

39. O Estado X, percebendo que um de seus terrenos se encontrava sem uso desde 2012, apesar de sua excelente localização, decide destiná-lo ao uso de órgão público, eis que este outrora se situava em região pouco acessível da cidade e, instalado no novo endereço, poderá melhor atender aos interesses de toda a população. Diante de tal quadro, pode-se afirmar, sobre o referido bem público, que este:

A) Era dominical e, após desafetação, passou a ser de uso especial;

B) Era de uso especial e, após desafetação, passou a ser bem do Patrimônio Disponível;

C) Era dominical e, após desafetação, passou a ser de Domínio Público;

D) Era bem do Patrimônio Disponível e, após afetação, passou a ser bem do Patrimônio Indisponível;

E) Era bem do Patrimônio Indisponível e, após afetação, passou a ser bem de uso especial.

40. Considerando as disposições do Código de Processo Civil acerca da ação rescisória, assinale a alternativa falsa:

A) É cabível a ação de rescisão contra decisão de mérito, ainda que interlocutória;

B) Autoriza-se que seja rescindida tanto decisão parcial quanto parte da decisão de mérito;

C) Podem ser rescindidas decisões que extingam o processo por litispendência;

D) É cabível a propositura da ação pelo Ministério Público se não foi ouvido no processo em que lhe era facultada a intervenção;

E) Poderão ser rescindidas as decisões que deneguem o recurso cabível.

ANEXO DA PROVA

QUESTÃO Nº 23 – CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES



QUESTÃO Nº 25 – CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES

MONITOR DA VIOLÊNCIA

Mesmo com queda recorde de mortes de mulheres, Brasil tem alta no número de feminicídios em 2019

São 3.739 homicídios dolosos de mulheres no ano passado, uma queda de 14,1% em relação a 2018. Apesar disso, houve um aumento de 7,3% nos casos de feminicídios – crimes de ódio motivados pela condição de gênero.